

Saúde  
Pública

CORREIO BRASILEIRO

# SOS Saúde

**E**m meio às sucessivas tragédias cotidianas que envolvem o sistema de saúde pública no país, tem-se ao menos uma evidência: o governo não dispõe de uma política para o setor. Age empiricamente, improvisa sobre o caos.

O ministro da Saúde, Adib Jatene, não é, obviamente, o responsável por esse quadro, que já encontrou deteriorado, carente de tudo — mão-de-obra, verbas, propostas, idéias. Esforça-se para atenuá-lo, enfrentando poderosas resistências internas e externas.

Dentro de um sistema decadente e viciado, tudo conspira contra a eficiência e o bom senso. E o ministro, renomado profissional, tem se esforçado para dar conta do recado. Não é fácil, reconheça-se, administrar em tais circunstâncias. Até aqui, porém, o ministro concebeu uma única idéia para cobrir o déficit do setor: sugeriu a criação de um imposto — mais um.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o imposto sobre os cheques, está no Congresso e tem o apoio, ontem reiterado, do presidente da República. Como medida improvisada, tapaburaco emergencial, vá lá. Mas não caracteriza, nem de longe, uma política de saúde pública.

Não vale aqui discutir se o imposto é justo ou não. Num país que possui 55 tipos de tributos, seguramente não é. Trata-se de repassar para a sociedade o ônus por falhas que não cometeu. O rombo do setor de saúde

não foi causado pelo contribuinte, que no entanto está sendo chamado a cobri-lo.

Não é também uma idéia original. Ao contrário: esse tem sido, ao longo do tempo, o procedimento mais comum entre os governantes brasileiros. Importa, porém, avaliar a eficácia do imposto. A pergunta é: resolverá o problema de saúde pública do país? Certamente, não. Nem sequer o tangenciará.

Hoje, cerca de 70% da receita do Estado para a área de saúde pública acabam indo para o setor privado, por meio dos repasses estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde. É justo? Ou por outra: é eficaz?

O quadro da saúde no Brasil pode ser resumido em duas tragédias recentes: os mais de 50 pacientes de hemodiálise de Caruaru, mortos por falhas grosseiras de assepsia e mau atendimento médico, e os quase 100 idosos da Clínica Santa Genoveva, no Rio, mortos em condições abjetas, no espaço de um mês.

Em ambos os casos, questiona-se a eficácia do SUS. É esse sistema que precisa ser debatido, reavaliado. Se é bom, como diz o governo, por que não funciona? Onde está a falha? Se não é bom, como dizem seus críticos — entre eles, o renomado diretor da Fundação Sara Kubitschek, dr. Aloysio Campos da Paz —, por que não mudá-lo?

O governo, que ainda não definiu uma política para o setor, tem o dever de levar esse debate à sociedade — e com a maior urgência possível. Ou será preciso que outras tragédias, como as de Caruaru e do Rio, aconteçam para que essa discussão se inicie?